

Das alegadas insuficiências marxianas: acerca da questão das etapas necessárias e o problema do negro nos Estados Unidos no contexto da luta pela abolição

*Thiago Dutra Hollanda de Rezende**

Resumo:

O artigo explora, a partir da textualidade marxiana, elementos que procurem indicar se são válidas ou não algumas das acusações a respeito de um alegado etapismo ou fatalismo como constituinte do pensamento de Marx, de uma teleologia da história presente em sua teoria social tomada da Europa Ocidental como padrão universal arbitrário. Alegações que corroborariam a insuficiência do estatuto ontológico fundado por Marx para lidar com questões que desbordem a relação entre classes econômicas, como a questão racial. Buscou-se verificar como o pensador alemão tratou de questões afins a partir de textos frequentemente reclamados nesse debate, como os que tratam da colonização britânica na Índia e sobre a questão do negro nos Estados Unidos no contexto de luta pela abolição.

Palavras-chave:

Marx; etapas necessárias; questão racial.

Of the alleged Marxist insufficiencies: on the question of the necessary steps and the problem of the black people in the United States in the fight for the abolition of slavery

Abstract:

The article explores, from the Marxian textuality, elements that seek to indicate whether are valid or not the accusations regarding an alleged eurocentrism as a constituent of the thought of Marx, a teleology of history in his social theory and a supposed failure of Marxism to deal with issues beyond the relationship between economic classes, such as race. We tried to verify how the German thinker dealt with related issues, as in the Marxist tradition, attempts to add, reorder, and complete the Marxian thought led to the corruption of the ontological and logical integrity of its scientific proposition.

Key words:

Marx; necessary steps; racial issues.

* Graduado em administração pela Universidade Federal de Juiz de Fora, graduando em serviço social na Universidade de Brasília.

Introdução

A desfiguração do pensamento marxiano é um processo longo, complexo e determinado por tratamentos equivocados, processos políticos e determinações sócio-históricas que levaram a variadas adulterações da concepção teórico-metodológica de Marx. Fato é que, no mundo “democrático”, “ninguém teve seus direitos civis ou políticos limitados por ser durkheimiano ou weberiano” (NETTO, 2011), o que foi diferente com os marxistas. São destacados, dentre os agentes desta deformação, a crise global do movimento comunista e a “postura intelectual recrudesciente, oriunda e alimentada pela dupla crise do mundo contemporâneo” (CHASIN, 1983, p. 9): barbárie do capitalismo avançado e barbárie do socialismo de acumulação.

Nossa análise partiu, dentre as múltiplas deformações, da crítica às alegadas lacunas do marxismo, como a “inépcia imanente às correntes marxistas” para enfrentar e abordar “questões de gênero, de cultura, minorias etc.” e o “fato de que, nesse contexto, o humanismo marxista é acoimado de eurocêntrico” (NETTO, 1996, p. 114).

Tendo em vista a suposta insuficiência do marxismo para abordar determinados temas, atinentes a *um atribuído caráter eurocêntrico* e a *uma alegada inépcia congênita para abordar questões que vão para além do econômico, como a questão racial*, cabe-nos perguntar: no teórico reclamado por esta corrente, Marx, há realmente um pensamento que toma a Europa Ocidental como padrão universal e necessário? E há na sua textualidade o tratamento da questão racial ao seu tempo? Se sim, como foi feito este tratamento? Estas são as questões que nos guiarão no presente texto, em que tentaremos encontrar indicações para, antes de encerrar questões, encontrar caminhos para serem trilhados, respeitando a letra do autor alemão, tendo em vista o *destino trágico de pensamento marxiano*.

De acordo com Vaisman, “dentre as múltiplas vicissitudes contraditórias do século XX, avulta a exacerbada perversidade do destino teórico do pensamento marxiano: quanto mais foi invocado, menos era efetivamente conhecido” (1996, p. 31). Não cabe nos limites deste trabalho nos debruçarmos sobre todas as condicionantes desse processo que, como já pontuamos, envolvem fatos históricos e motivações ideopolíticas e teóricas de diferentes ordens; apenas destacamos, nesse momento, a necessidade da redescoberta do pensamento marxiano, especialmente no que nos cabe aqui, a temática do etapismo e da questão racial, já que essas acusações levaram “a acréscimos e reordenações, a supressões e remanejamentos a vários níveis, de maneira que fica alterada a própria integridade ontológica e lógica da propositura marxiana” (CHASIN, 1983, p. 9). Tratou-se, pois, de buscar nos escritos marxianos elementos que confirmassem ou negassem a presença de um pensamento etapista tomado do padrão europeu-ocidental e de verificar se aparece ou não a questão racial enquanto um elemento de análise e composição de sua teoria social. Assim, o procedimento utilizado foi o da *análise imanente*, a qual busca manter a integridade do objeto, pelo respeito radical à sua lógica e aos seus nexos determinativos e constitutivos, analítica “que tem por mérito a sustentação de que antes de interpretar ou criticar é incontornavelmente necessário compreender e fazer prova de haver compreendido” (CHASIN, 2009, p. 25). Vaisman esclarece e adverte que, quando do uso dessa propositura metodológica, o que se busca:

através de uma verdadeira “escavação” do objeto examinado – os textos – é permanecer fiel à integridade dos escritos, bem como evidenciar seus elementos constitutivos de modo a recompor a trama categorial e seus passos constitutivos. Assim, o número de citações utilizadas pode até gerar certo cansaço para o leitor, mas são absolutamente imprescindíveis para o devido entendimento da questão em foco (1996, p. 28).

Essas considerações são importantes, pois é a questão teórico-metodológica e expositiva que nos impõe o número grande de citações colacionadas neste trabalho, especialmente por se tratar de um tema polêmico na tradição marxista e alvo das mais torpes acusações. Daí que sumariemos a seguir apenas breves considerações acerca do *destino trágico do pensamento marxiano* e do nosso enfoque neste trabalho. Interessa-nos colaborar na explicitação da proficuidade da crítica ontológica marxiana da economia política fundada sobre o novo estatuto ontológico legado por ele, estatuto este que abre possibilidades para o avanço da crítica nas diferentes dimensões do ser social.

1 – Do destino trágico do pensamento marxiano – breves considerações

A depleção do legado marxiano tem sua acentuação no âmbito da II Internacional, quando se começa a falar frequentemente de marxismo, “termo, utilizado, ao que parece, pela primeira vez por Kautsky um pouco antes do falecimento de Marx” e que “arrancou deste expressões de ironia e protesto” (NETTO, 2006, p. 38). O protesto e a ironia têm base no fato de que a proposição posta pelos teóricos mais influentes da II Internacional transformava a obra marxiana em uma chave heurística, de cariz positivista e economicista, que a reduzia “a uma espécie de teoria econômica da infalibilidade do advento de inflexões históricas, para as quais a atividade humana é considerada mero epifenômeno” (VAISMAN, 1996, p. 34). Ou seja, o marxismo era uma visão de mundo, “um sistema completo e acabado” (NETTO, 2006, p. 38), em que ideologia e política eram “reduzidas a uma transmissão direta e consciente de interesses econômicos, bem como um determinismo histórico pronunciado que

via o fim do capitalismo e a revolução proletária como ocorrências inevitáveis” (HEINRICH, 2012, p. 24). Em resumo, tratou-se de transformar o marxismo “num padrão geral de pesquisa e interpretação, válido para qualquer objeto, e do qual derivam diretamente normas para a ação” (NETTO, 2006, p. 39). Em que pese não ter sido homogêneo, veja-se a respeito o debate entre reformistas e revolucionários: o marxismo foi radicado nesses termos gerais que se consolidaram com a Terceira Internacional, criada em 1919. Com a vitória da Revolução Russa foram exacerbadas as distorções iniciais, já que então o discurso marxista foi “investido da função adicional de legitimar ideologicamente a nova ordem social” (NETTO, 2006, p. 50). A decadência se concretizou no período stalinista, no qual o marxismo foi institucionalizado enquanto ideologia oficial do estado soviético, e, além disso, “através da Terceira Internacional, os modelos políticos e ideológicos do partido soviético stalinizado se generalizam entre os comunistas de todo o mundo” (NETTO, 2006, p. 51). Com Stalin e o então marxismo-leninismo, “a teoria marxiana é situada como uma ciência geral do ser (o materialismo dialético) que pode ser estendida à sociedade (o materialismo histórico)”, além de ser “compreendida como variável de um método dialético (...) que estabelece uma filosofia materialista, determinista e finalista da história (o socialismo é uma ‘necessidade objetiva inelutável’)” (NETTO, 2006, pp. 54-5). Estão dadas as bases para o *etapismo*, cujo termo seria a *inevitabilidade histórica absoluta* do socialismo e do comunismo.

As consequências práticas do predomínio do marxismo-leninismo foram sentidas na ação dos movimentos comunistas em todo o mundo. O VI Congresso da Terceira Internacional, de julho de 1928, “sob o impacto do fracasso da Revolução Chinesa, institucionalizou a teoria da revolução em etapas – que já era, de algum modo, debatida no movimento comunista internacional –, o que acabou deprimindo as possibilidades de análises, por parte dos partidos comunistas, das particularidades históricas de cada país” (RESENDE, 2010, p. 41). A esquematização etapista determinava que “a luta pelo socialismo só será viável mediante uma série de *etapas preparatórias* e como resultado de um grande período de transformação democrático-burguesa em revolução socialista” (MAZZEO, 1999, p. 47).

Tal predomínio, com claras consequências práticas, era legitimado com “o uso de citações dos “clássicos” (com Stalin colocado no mesmo nível de Marx, Engels e Lênin), convenientemente escolhidas” (NETTO, 2006, p. 55). O uso de citações convenientes¹, que fique claro, não era originalidade dos “marxistas”: de fato, é uso recorrente nas linhas dos apologetas do capital. Mas essa interpretação dada pela Terceira Internacional, quando disseminada nos movimentos dos trabalhadores, trouxe consequências penosas para aqueles que pretendiam transformar verdadeiramente a ordem e necessitavam de uma apreensão correta do objeto a ser transformado. Para o nosso trabalho, cumpre ressaltar que este etapismo, combinado à cabalística atrelada a ele, colaram-se à obra de Marx como se fossem sua própria criação, velando o seu estatuto ontológico e sua crítica ontológica da economia política. Somente assim pode um Piketty escrever tranquilamente que a crítica econômica marxiana foi elaborada durante décadas para justificar as conclusões apocalípticas a que chegou em 1848, quais sejam, da inevitabilidade da vitória dos proletários sobre os burgueses e do fim do capitalismo e, ainda, pode dar a boa lição aos marxistas: “teoria econômica tem que estar enraizada em fontes históricas” (2014, p. 17). Ou seja, a instrumentalização da teoria marxiana como justificação ideológica, levada a cabo por muitos teóricos marxistas, especialmente depois da Terceira Internacional, tornou-se qualidade do próprio Marx. Pretendemos, pelos textos aqui analisados, colaborar na avaliação de se realmente há em Marx uma visão de mundo fechada segundo a qual ele escolhe os elementos da realidade que beneficiem suas formulações, ou seja, se ele seleciona dados empíricos para justificar “o final apocalíptico do capitalismo” (PIKETTY, 2014, p. 16). Afinal, só é possível ter *etapas necessárias* com um *final necessário*.

A partir de meados da década de 1950, com a derrocada do stalinismo, surgiram em vários lugares do mundo e mesmo em partidos comunistas (vide o italiano) proposições para renovar a obra marxiana. Contudo, a grande maioria “assumiu ou enfrentou o pensamento desse autor a partir do padrão gnosiológico, sem se interrogar, no entanto, se o mesmo era compatível com tal abordagem” (VAISMAN, 1996, p. 35). Tratou-se do obscurecimento da obra marxiana por meio de um debate que não é inerente à sua obra, daí que o pensamento marxiano foi tomado sob o viés epistemológico e colocado ao lado de outras teorias do conhecimento. Sumariamente:

Desde os anos 1950, com antecedentes bem mais remotos, sem se indagarem pela adequação do caráter de suas abordagens ao objeto pesquisado, o mais que fizeram os intérpretes de Marx foi disputar sobre “o estatuto científico” de seu discurso. Em suas querelas, mais ou menos agudas, primaram por conferir talhes analíticos ao pensamento marxiano que o infletiavam ao sabor das conflitantes equações formuladas pela tematização con-

1 Essa seleção também influenciou as próprias edições dos textos de Marx. Hubmann faz uma breve introdução da história das publicações das obras completas de Marx e Engels [*Marx-Engels Gesamtausgabe*], ainda em andamento, em que destaca o controle político sobre as edições realizado pelos Comitês Centrais dos Partidos Comunistas da União Soviética e da Alemanha Oriental. Fato que levou à seleção e à supressão de textos e “a uma comentação errônea, de modo a impedir que os textos de Marx e Engels fossem adequadamente situados no contexto histórico” (2012, p. 38). Ou seja, o comprometimento estabelecia-se já no acesso aos escritos de Marx e Engels.

vencional da problemática do conhecimento, isto é, cada um deles descobriu ou emprestou ao pensamento de Marx o fundamento de um perfil teórico cognitivo e metódico *diverso*, porém, laborando todos eles na *certeza unívoca* de que a base da reflexão marxiana ou a resolução de suas “dificuldades” estava em algum canteiro do subsolo lógico-gnosioepistêmico. (CHASIN, 2009, pp. 26-7)

Não está nos limites do nosso trabalho avaliar ao que levaram as tentativas de legitimação das elaborações marxianas pelos critérios epistemológicos. Apenas destacamos mais um elemento fundamental que configura o *destino trágico do pensamento marxiano*: submetido ao epistemologismo, a radicalidade da posição instaurada por Marx torna-se impotente. Ressalte-se como essas deformações que atrofiaram o legado marxiano se dão por diferentes matizes.

Nesse sentido, aceitando todas essas depleções e deformações e as reafirmando e rearticulando, o ensaio de Moore (2010) procura demonstrar a constituição do pensamento de Marx e Engels como marcada por “uma visão eurocêntrica”, “pró-colonialista e pró-imperialista perante o terceiro mundo”, racista e cujo objetivo seria o estabelecimento de uma solidariedade “prolet-ARIANA”. O autor acusa o marxismo-leninismo de utilizar “o ocidente como seu único parâmetro, mede o resto do mundo e o descobre deficiente”, e, assim, nas análises de Marx e Engels, “o que antes era estritamente europeu e temporal torna-se agora ‘universal’ e ‘definitivo’”. Com essa constatação, Moore espera questionar a universalidade desta teoria, já que “três quartos da humanidade evoluíram, se desenvolveram e vivem fora do ocidente” (2010, p. 59). Outro argumento central na leitura que o autor faz é sua visão de Marx e Engels como xifópagos; nos seus termos, “aquele que se refere a Engels, refere-se a Marx” (2010, p. 61)². Talvez seja objetivamente necessário nos empenharmos numa crítica dedicada a este texto em outro momento, pois faz uso de recortes e citações de textos jornalísticos, cartas e livros de Marx e Engels de maneira conveniente, além de valer-se de citações de autores “simpatizantes” e do “requeite de velhas couves”³ para provar que “Marx e Engels nunca pretenderam que sua ideologia fosse senão uma *ideologia estritamente prolet-ARIANA*” (p. 101 – destaque nosso). Curiosamente, este caráter *estrito* depende de uma “explicitação” por meio de recortes textuais pontuais acompanhados de uma comentação dedicada⁴. Para nossa análise, entretanto, interessa apenas reter o que se segue:

As análises políticas de Karl Marx e Friedrich Engels, suas conclusões teóricas e ponderações filosóficas a respeito das mais diversas questões, foram *naturalmente condicionadas* por serem eles ocidentais, e não africanos ou asiáticos; brancos, e não negros ou orientais; homens livres do século XIX, e não escravos ou súditos coloniais. Fica evidente, então, que sua avaliação política, ideológica, cultural e histórica da humanidade não europeia deve ser contestada categoricamente. Devemos, também, nos opor s pretensões “universalistas” dessas “leis gerais”: *surgidas a partir de um molde socioeconômico e cultural estritamente ariano*; o mais importante de tudo e que devemos questionar, com veemência, a própria utilidade do marxismo-leninismo em resolver problemas para os quais, na verdade, ele não tem resposta nenhuma. (MOORE, 2010, p. 105 – destaques nossos)

A *determinação social do pensamento* está no cerne da revolução teórica realizada por Marx: trata-se do reconhecimento de que “a sociabilidade emerge como condição de possibilidade do pensamento, tanto no sentido negativo quanto no sentido positivo” (VAISMAN, 1996, p. 198). Moore (2010) parece enxergar apenas o sentido negativo e, assim, nosso texto tentará indicar se realmente “as leis” descobertas por Marx⁵ se limitam a um “molde socioeconômico e cultural estritamente ariano”, condicionadas “naturalmente” por ser Marx “branco” e que, portanto, qualquer pretensão “universalista” deve ser objeto de oposição. Além disso, poderemos verificar se realmente deve-se abandonar ou vetar o “uso” da obra de Marx para resolver questões para as quais “não tem resposta nenhuma”.

2 Não cabe em nosso escopo esclarecer o descabimento de tal afirmação. As diferenças entre Marx e Engels fomentaram grandes debates, que vão desde as proposições científicas e políticas às polêmicas relacionadas às edições das obras póstumas de Marx por Engels (em destaque os dois últimos livros d’*O capital*). Para abordagens dessa temática recomendamos Chasin (2009) e Lukács (2010), além dos textos de Hubmann (2012) e a “Introdução” da edição alemã d’*O capital* de Marx (2014) a respeito das polêmicas editoriais. No texto de Moore (2010), some-se que marxismo-leninismo e Marx e Engels são como sinônimos.

3 Destacamos a polêmica relacionada ao pan-eslavismo, no embate de Engels com Bakunin, a qual não é mencionada por Moore (2010). Sobre este debate, recomendamos a análise de Rosdolsky (1980).

4 Não por acaso é tarefa árdua e de duvidosa proficuidade encontrar movimentos socialistas com bases marxistas que tenham reivindicado essa solidariedade “prolet-ARIANA”, mesmo sendo clara para Moore a “orientação suprematista branca de Marx e Engels” (p. 102, nota 65).

5 Nosso trabalho, bem como nossas conclusões, limitam-se aos textos de Marx. Além de indivíduos distintos, compreendemos Marx e Engels como pensadores independentes, não “gênios gêmeos” (MOORE, 2010, p. 102). Um estudo dedicado aos textos engelsianos também é necessário.

2 – Das etapas necessárias – Europa Ocidental como padrão

Para pensarmos essa problemática, devemos nos remeter aos textos nos quais Marx trata de questões relacionadas a locais “fora” da Europa Ocidental, que, como se sabe, foi seu *locus* de vivência e principal fonte para as suas pesquisas. Destaque-se o lugar que tem a Inglaterra na exposição sobre a acumulação primitiva presente em sua obra magna, *O capital*⁶. Tíble nos indica que são:

Escritos bastante numerosos e diversos, tendo sido questões pensadas ao longo de suas vidas, desde a investigação sobre as formas sociais pré-capitalistas e os fatores da evolução social já em *A ideologia alemã* em 1845-1846 aos *Cadernos etnológicos* de Marx de 1880-1882, passando pelos inúmeros artigos, cartas e comentários nos quais Marx e Engels analisam situações concretas, acerca da Índia, Irlanda, China, Estados Unidos, América Latina, dentre outras. (2012, p. 30)

Dados nossos limites, não contemplaremos uma análise dessa vasta literatura, o que, sendo tarefa essencial, deverá ser realizado em outro momento. Aqui, de início, tomaremos por base os textos sobre a colonização britânica da Índia, a que Marx dedicou algumas análises durante a sua ocorrência, pois é um momento em que podemos avaliar a cara categoria do *progresso* e verificar se ele acredita no continente europeu como demiurgo do desenvolvimento, donde se poderia identificar um momento do *etapismo* em seu pensamento. A escolha desses textos não é aleatória; conforme Lindner, “uma grande quantidade de tinta tem sido derramada acerca da questão do eurocentrismo em Marx” e “atenção especial tem sido dada ao artigo marxiano de 1853 sobre a colonização britânica da Índia” (2010, p. 1). Assim, começamos por esta polêmica.

No texto “The British rule in India” (MARX, 2010a [1853a])⁷ aborda-se, de início, o caráter destruidor da colonização britânica:

A Inglaterra quebrou toda a estrutura da sociedade indiana e não há quaisquer sintomas de reconstituição até o momento. Esta perda de seu velho mundo, sem nenhum ganho de um novo, dá um tipo particular de melancolia à presente miséria do povo hindu, e separa o Hindustão, governado pela Grã-Bretanha, de todas as suas antigas tradições e de todo o seu passado histórico. (pp. 126-7)

Esse processo se deu pela destruição da sua base de relações sociais. Aparecia aqui, destaque-se, uma compreensão da sociedade indiana como estagnada, sendo revolucionada pela intervenção britânica:

A interferência da Inglaterra, tendo introduzido a fiandeira em Lancashire e o tecedor em Bengala, ou varrendo tanto o fiandeiro hindu quanto o tecelão, dissolveu essas pequenas, semibárbaras e semicivilizadas comunidades, ao implodir sua base econômica e, assim, produziu a maior, e para falar a verdade, a única revolução social de que já ouviu falar na Ásia. (MARX, 2010a, pp. 131-2)

Apesar das atrocidades cometidas pelo governo britânico na Índia, que não são justificadas de nenhum modo, Marx, de maneira objetiva, ressaltava o caráter limitado e redutor das possibilidades de desenvolvimento a que estavam sujeitos os indivíduos naquela sociedade:

Não devemos esquecer que essas pequenas comunidades foram contaminadas por distinções de casta e pela escravidão, que subjugou o homem a circunstâncias externas em vez de elevar o homem a soberano das circunstâncias, que transformou um estado social capaz de autodesenvolvimento em um estado preso a um destino natural imutável, e assim trouxe uma adoração brutalizante da natureza, exibindo a sua degradação no fato de que o homem, o soberano da natureza, caiu de joelhos em adoração a Kanuman, o macaco, e a Sabbala, a vaca. (MARX, 2010a, p. 132)

A análise sinaliza, então, o caráter contraditório da colonização britânica:

A Inglaterra, é verdade, ao provocar uma revolução social no Hindustão, foi acionada apenas pelos interesses mais vis e foi estúpida em sua maneira de fazê-los valer. Mas esta não é a questão. A questão é: a humanidade poderá cumprir o seu destino sem uma revolução fundamental no estado social da Ásia? Se não, apesar de tudo o que podem ter sido os crimes da Inglaterra, ela foi a ferramenta inconsciente da história ao trazer essa revolução. (MARX, 2010a, p. 132)

6 Marx justifica desta forma sua escolha no início do capítulo sobre a assim chamada acumulação primitiva: “sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica” (2013a, pp. 787-8). Como se vê, não é meramente sua residência que determinou sua exposição do objeto, mas a forma desenvolvida das categorias fundamentais do modo de produção capitalista relacionadas às suas determinações históricas.

7 As traduções presentes neste artigo são de responsabilidade de seu autor.

Em outro artigo do mesmo ano, “The future results of British rule in India”, reaparecia a visão da sociedade indiana como estagnada: “a sociedade indiana não tem nenhuma história, pelo menos nenhuma história conhecida” (2010b [1853b], p. 217). Além disso, comparando as possibilidades de a Índia ser conquistada pela Pérsia, Rússia ou Turquia, concluía Marx que “a Inglaterra tem de cumprir uma dupla missão na Índia: uma destrutiva, outra regeneradora – a aniquilação da antiga sociedade asiática e a instalação dos fundamentos materiais da sociedade ocidental na Ásia” (pp. 217-8). Percebe-se aqui uma visão similar àquela contida no *Manifesto comunista*, sobre o intercâmbio universal que é permitido pelo desenvolvimento das forças produtivas e o caráter universalizante do modo de produção capitalista, elementos que fazem Tible inferir *incorretamente* que “ocorre, deste modo, um tento de encaixar tais realidades em estágios preestabelecidos e numa teleologia linear e – otimista da história” (2012, p. 35). Essa confiança teria sua origem na constatação que o capitalismo coloca na ordem do dia a possibilidade do comunismo, na medida em que cria as forças materiais de sua destruição: “suas leis imanentes, a centralização crescente dos capitais e a crescente forma cooperativa do trabalho – sua socialização – abrem as possibilidades concretas de sua superação” (2012, p. 37)⁸. Argumenta Tible que, apesar da crítica e da recusa de qualquer teleologia da história por Marx, um dos elementos mais combativos na sua crítica ontológica fundamental ao idealismo hegeliano, nos textos abordados ele pareceria cair nesta armadilha. Entretanto, a hostilidade de Marx ao colonialismo nas décadas seguintes se aguçaria, “gerando uma descontinuidade em seu pensamento acerca desta questão” (2012, p. 38), especialmente a partir das revoltas coloniais de 1857-59, havendo efetivamente uma crítica cada vez mais arguta dos males da colonização, com menor exposição do caráter de progresso que ela trazia contraditoriamente – destaque-se o caráter extremamente crítico da exposição sobre a assim chamada acumulação capitalista n’O *capital* (MARX, 2013a).

A incorreção de Tible (2012) se dá ao identificar essa descontinuidade do pensamento marxiano, a qual não existe. Não há uma tentativa de encaixe da realidade em estágios preestabelecidos ou numa teleologia linear da história – um *etapismo* –, mas uma constatação, advinda da análise da realidade, das possibilidades abertas durante a colonização da Índia pela Grã-Bretanha. Tal constatação tem por base a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais *possíveis*, que não caminham juntas, conforme é destacável dos trechos da análise de Marx sobre a Índia citados aqui e do caráter desigual do desenvolvimento que é identificado por ele na realidade⁹. A polêmica frase que avalia que a Inglaterra “foi a ferramenta inconsciente da história ao trazer essa revolução” é nada mais do que uma *hipótese*, levantada a partir de um “se”, que foi colocado por Marx em análise no calor dos eventos a partir dos dados disponíveis. Daí que Tible veja uma “descontinuidade” no pensamento marxiano, pois quando Marx retomou posteriormente a questão indiana, com mais elementos avaliáveis¹⁰, resultou uma análise mais rica e uma crítica mais arguta, por diminuírem os argumentos que permitiriam a confirmação da hipótese levantada. Mesmo no *Manifesto comunista* que, dado seu caráter panfletário e político, aponta tendencialmente para a inevitabilidade da vitória dos coveiros proletários sobre a burguesia a partir das contradições captadas na realidade, há a ressalva, em um de seus primeiros parágrafos, de que a guerra entre oprimidos e opressores “terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira ou pela destruição das classes em conflito” (MARX; ENGELS, 2010 [1848], p. 40)¹¹.

A partir das lutas anticoloniais, em verdade, Marx passou a se interessar progressivamente por outras formações sociais e outras possibilidades de desenvolvimento histórico, das quais destacamos as comunas rurais

8 Lembramos a anotação de Marx n’A *ideologia alemã*: “esse desenvolvimento das forças produtivas (no qual já está contida, ao mesmo tempo, a existência empírica humana, dada não no plano local, mas no plano histórico-mundial) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, pois sem ele apenas se generaliza a escassez e, portanto, com a carestia, as lutas pelos gêneros necessários recomeçariam e toda a velha imundice acabaria por se restabelecer; além disso, apenas com esse desenvolvimento universal das forças produtivas é posto um intercâmbio universal dos homens e, com isso, é produzido simultaneamente em todos os povos o fenômeno da massa “sem propriedade” (concorrência universal), tornando cada um deles dependente das revoluções do outro; e, finalmente, indivíduos empiricamente universais, histórico-mundiais, são postos no lugar dos indivíduos locais” (MARX; ENGELS, 2007 [1845-1846], nota c, p. 38).

9 “(...) as heterogeneidades dos grupos de pores, as suas relações recíprocas etc. produzem aquilo que Marx costuma designar como a desigualdade do desenvolvimento; contudo, isso de modo algum abole o caráter causal do todo e de suas partes; pelo contrário, acentua-o ainda mais energicamente. Um desenvolvimento teleológico objetivo da totalidade (caso pudesse existir na realidade e não só na imaginação dos teólogos e filósofos idealistas) dificilmente poderia ter caráter desigual” (LUKÁCS, 2013, p. 581).

10 Lindner aponta como problemáticas as fontes utilizadas por Marx para redigir os artigos de 1853 sobre a Índia, especialmente o uso do livro de viagens do médico François Bernier, obra de relativo sucesso e traduzida em vários idiomas na época (2010, pp. 6-10). O autor, diferentemente de nossa análise, entende que há traços eurocêntricos em Marx nesse período, mas argumenta que, com melhores fontes, a partir do final da década de 1850, as suas análises sobre a Índia foram balanceadas até eliminar-se o eurocentrismo anterior, graças ao acesso a mais dados.

11 É possível inferir que a conclusão a que chega Tible (2012) decorre do *destino trágico do pensamento marxiano*, apesar da qualidade e do cuidado de sua investigação e de se tratar de linhas realmente polêmicas, que continuam a ensejar debates. A explicitação do caráter revolucionário lógico e ontológico da propositura científica estabelecida por Marx pode ser o caminho para esclarecer essa questão.

russas. Na “Carta à redação da *Otechestvennye Zapiski*”, de 1877, por exemplo, há uma declaração que nega qualquer *etapismo*. Avaliando os últimos eventos do seu estudo sobre a Rússia e respondendo a um artigo publicado na revista em questão, escreveu Marx: “se a Rússia prosseguir no rumo tomado depois de 1861, ela perderá a melhor chance que a história já ofereceu a um povo, para, em vez disso, suportar as vicissitudes fatais do regime capitalista” (2013b, p. 66). Ou seja, o capitalismo não é uma fase ou etapa necessária de desenvolvimento; não existe uma sequência *etapista* da história, nem uma necessidade histórica a ser realizada. Para não deixar dúvidas de seu posicionamento, a respeito da aplicação da sua análise n’*O capital* pelo autor do artigo a que responde, criticou sua transformação “em uma *teoria histórico-filosófica do curso geral fatalmente imposto a todos os povos, independentemente das circunstâncias históricas nas quais eles se encontrem*” (MARX, 2013b, p. 68 – destaque nosso). E, após comparar o destino dos camponeses livres na Inglaterra e na Roma Antiga, arrematou:

Portanto, acontecimentos de uma analogia que salta aos olhos, mas que se passam em ambientes históricos diferentes, levando a resultados totalmente díspares. Quando se estuda cada uma dessas evoluções à parte, comparando-as em seguida, pode-se encontrar facilmente a chave deste fenômeno. Contudo, *jamais se chegará a isso tendo como chave-mestra uma teoria histórico-filosófica geral, cuja virtude suprema consiste em ser supra-histórica.* (MARX, 2013b, p. 69 – destaque nosso)

Essa mudança de posicionamento está atrelada ao contato com os revolucionários russos. Outro documento importante desse momento é a carta (e os seus esboços) que Marx enviou à revolucionária russa Vera Ivanovna Zaslitch em 8 de março de 1881, na qual afirmava que:

na Rússia, graças a uma combinação de circunstâncias únicas, a comuna rural, ainda estabelecida em escala nacional, pode se livrar gradualmente de suas características primitivas e se desenvolver diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional. É justamente graças à contemporaneidade da produção capitalista que ela pode se apropriar de todas as conquistas positivas e isto sem passar por suas vicissitudes desagradáveis (2013c, pp. 89-90).

E, ainda, ressalta que:

O que ameaça a vida na comuna russa *não é uma fatalidade histórica nem uma fatalidade teórica*; é a opressão por parte do estado e a exploração pelos intrusos capitalistas que se tornaram poderosos, à custa dos camponeses, com a ajuda do próprio estado. (2013c, p. 105, destaque nosso)

Nesses materiais, a questão da Índia reaparecia, agora enriquecida com mais de 20 anos de estudos. Marx afirmava que “lá a supressão da propriedade comum do solo não passou de um ato de vandalismo inglês, que *não impulsionou o povo indiano para frente, mas o empurrou para trás*” (2013c, p. 108 – destaque nosso). Por fim, na carta enviada, ressaltava, sobre a conformação do sistema capitalista, que “a ‘fatalidade histórica’ deste processo está expressamente restrita aos países da Europa Ocidental” (MARX, 2013c, p. 114). Ou seja, há uma clara refutação de qualquer *etapismo* ou de qualquer modelo a ser aplicado.

Com estas citações esclarecemos as posições que, numa leitura superficial, soavam evolucionistas também e, assim, ficam restritos os elementos para a afirmação de um caráter *etapista* e até mesmo eurocêntrico na letra marxiana. Se há a categoria da universalidade na obra marxiana, ela decorre não de uma prioridade do povo europeu sobre a humanidade, de um privilégio cultural, de um elemento genético, de uma posição de liderança naturalizada, ou por uma sobrevalorização do caráter civilizatório dos europeus¹², pelo contrário, ela decorre da prioridade da humanidade acima de qualquer um dos povos. Mesmo no momento em que Marx destacou os aspectos progressistas da colonização, tal destaque esteve abaixo do relevo dado à crítica da violência e barbárie perpetradas pelos colonizadores. A análise dizia respeito à relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e a condição para uma efetiva emancipação humana, que dependia da universalização dessas condições. Por fim, este caráter fica ainda mais tensionado quando, pela análise da questão das comunas russas, Marx desenvolveu a questão do caráter do capitalismo enquanto etapa necessária ao desenvolvimento de formas coletivas de produção que não se subsumam à propriedade privada; aí a Europa Ocidental não é a mola mestra da história, sendo que esta última não se constitui de etapas a serem cumpridas por todos os povos para chegar a um fim previamente estabelecido¹³.

12 Se assim fosse, os indianos seriam impulsionados para frente, não empurrados para trás.

13 Isso é claro nesta conhecida passagem d’*A ideologia alemã*: “O comunismo não é para nós um *estado de coisas* [Zustand] que deve ser instaurado, um *Ideal* para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento *real* que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento [devem ser julgadas segundo a própria realidade efetiva.] resultam dos pressupostos atualmente existentes.” (MARX, ENGELS, 2007, p. 38, nota a) Ou seja, o comunismo não é um estado de coisas, um fim último; se não há termo da história previamente estabelecido, por óbvio não há *etapas necessárias* a serem cumpridas até esse fim.

3 – A questão do negro e da luta pela abolição da escravidão nos Estados Unidos

Conforme já destacamos, o conhecimento das lutas anticoloniais provocou grandes efeitos sobre o pensamento marxiano, especialmente no sentido de permitir a maior atenção dedicada às lutas sociais “outras”, destacando-se especialmente sua crítica contumaz aos horrores do período colonial nos seus textos jornalísticos a partir de 1857. Seguimos a indicação de Anderson, segundo o qual, para Marx, “a Guerra Civil nos Estados Unidos, de 1861 a 1865, constituiu-se uma das grandes batalhas do século para a emancipação humana, que forçou o trabalhador branco, tanto nos Estados Unidos quanto na Grã-Bretanha, a tomar uma posição contra a escravidão” (2010, p. 79). Nos textos sobre a Guerra Civil nos Estados Unidos transparece em Marx uma sólida posição abolicionista. Ele assim se manifestou a respeito das lutas dos negros na América, em uma carta redigida a Engels em 11 de janeiro de 1860:

A meu ver, a coisa mais importante acontecendo no mundo de hoje é, por um lado, o movimento entre os escravos [*Sklabewegung*] nos Estados Unidos, iniciado com a morte de Brown, e o movimento entre os escravos na Rússia, por outro (...). Acabo de ver, no *Tribune*, que houve um novo levante de escravos no Missouri, naturalmente suprimido. Mas, agora, o sinal foi dado. (2010c, p. 4)

Ainda no início dos eventos, em um artigo de 1861, “The North American civil war”, Marx parece estar convicto de que a Guerra de Secessão é uma guerra a respeito do escravismo e da necessidade de expansão de sua abrangência, uma vez que o desgaste do solo sob esse modo de produção era muito mais rápido. Dizia ele:

O cultivo de artigos de exportação do Sul – algodão, tabaco, açúcar etc. – exercido por escravos, só é remunerado desde que seja realizado com grandes grupos de escravos, em larga escala e em grandes extensões de um solo naturalmente fértil, que requer apenas o trabalho simples. O cultivo intensivo, que depende menos de fertilidade do solo do que do investimento do capital, inteligência e energia do trabalho, é contrário à natureza da escravidão, (...) a aquisição de novos territórios torna-se necessária, para que uma parte dos donos de escravos com seus escravos possam ocupar novas terras férteis e que um novo mercado para a aquisição de escravos e, portanto, para a venda de escravos, possa ser criado para a parte restante. (2010e, pp. 39-40)

A questão racial foi um elemento utilizado pelos escravistas sulistas para conquistar o apoio dos “brancos pobres” no processo político de expansão territorial do domínio da escravidão, no qual lhes foram dados “turbulentos impulsos para a ação em um sentido inócuo e para domá-los com a perspectiva de, um dia, tornarem-se donos de escravos” (MARX, 2010e, p. 41). Em outro artigo do mesmo ano, 1861, “The civil war in the United States”, Marx continuou a relatar o objetivo de dominação e expansão dos estados do Sul, que resultaria num novo tipo de capitalismo, estruturado sobre bases étnicas e raciais:

O sistema escravista infectaria toda a União. Nos estados do Norte, onde a escravidão do negro é inviável na prática, a classe trabalhadora branca seria gradualmente deprimida ao nível de servidão. Isto estaria de acordo com o princípio amplamente proclamado de que apenas algumas raças são capazes de liberdade, e de que, como no Sul o trabalho real é tarefa do negro, assim, no Norte, é a sorte do alemão e do irlandês, ou de seus descendentes diretos. (2010f, p. 51)

Nesse mesmo artigo, seguindo o itinerário de Anderson (2010), Marx criticava Lincoln por ceder diante dos escravistas, já que este, “de maneira pusilânime, revogou a proclamação de Frémont no Missouri sobre a emancipação dos negros pertencentes aos rebeldes, o que foi feito apenas por consideração ante a gritaria dos donos de escravos ‘leais’ de Kentucky” (MARX, 2010f, p. 51). General Frémont seria tema de um artigo ainda publicado no mesmo ano, no qual é destacado o fato de que “ele foi o primeiro general do Norte a ameaçar os donos de escravos com a emancipação destes” (2010g, p. 86).

Somente após severas críticas Marx enaltecia o caráter de Lincoln quando finalmente fez a Declaração da Emancipação após a Campanha de Maryland: “sua recente proclamação – a Proclamação de Emancipação – é o mais significativo documento da história da América desde a fundação da União e está no mesmo nível da velha Constituição Americana” (2010h [1862a], pp. 249-50). Deste modo, Anderson realça: “Assim é que Marx passa a considerar Lincoln de uma nova maneira após a Proclamação de Emancipação, como alguém que se desenvolveu sob a pressão dos acontecimentos e no contexto do que foi, de longe, o sistema político mais democrático do mundo naquela época” (2010, p. 102).

Tendo em vista o papel central dos trabalhadores no cenário político, mesmo que ainda aliados do parlamento, mas pelo seu papel extraparlamentar sempre destacado em vários momentos, Marx teceu severas críticas à sua estreiteza e ao racismo dos americanos de origem irlandesa:

O irlandês vê no negro um concorrente perigoso. Os agricultores eficientes em Indiana e Ohio odeiam o negro apenas menos que o proprietário de escravos. Para eles, ele é o símbolo da escravidão e do aviltamento da classe

trabalhadora, e a imprensa democrática ameaça-os diariamente com uma inundação de seus territórios pelo “nigger”.¹⁴ (2010i [1862b], p. 264)

Assim, a superação do racismo e de outros estranhamentos no interior da classe trabalhadora é de fundamental importância para o seu processo de emancipação, de acordo com Marx. Isso fica explícito quando da fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1864, no texto “Provisional rules of the Association”, no qual escreveu que “esta Associação Internacional e todas as sociedades e os indivíduos que aderirem a ela vão reconhecer a verdade, a justiça e a moralidade como a base de sua conduta uns para com os outros e para com todos os homens, sem fazer discriminação de cor, credo ou nacionalidade” (2010j [1864a], p. 15)¹⁵. Na carta aberta de congratulação a Lincoln quando da sua reeleição lê-se:

Parabenizamos o povo americano pela sua reeleição por uma grande maioria. Se a resistência ao poder escravo era a palavra de ordem discreta da sua primeira eleição, o grito de guerra triunfante da sua reeleição é Morte à Escravidão. (...) Enquanto os trabalhadores, o verdadeiro poder político do Norte, permitiram à escravidão profanar sua própria república; enquanto ante ao negro, dominado e vendido sem a sua concordância, eles se vangloriaram da maior prerrogativa do trabalhador de pele branca para vender a si mesmo e escolher o seu próprio mestre foram incapazes de enxergar a verdadeira liberdade de trabalho ou de apoiar seus irmãos europeus na sua luta pela emancipação, mas essa barreira ao progresso foi varrida pelo mar vermelho da guerra civil. (2010k [1864b], pp. 19-20)

Assim, nesse documento, aqui colado em parte, fica registrada a relação entre classe e raça e o seu papel junto aos trabalhadores dos Estados Unidos. Destaque-se, ainda, outro documento da Associação Internacional dos Trabalhadores, “To the people of the United States of America”, aprovado pelo Conselho-Geral em setembro de 1865, no qual se explicita não só a importância da abolição da escravidão, mas também a necessidade de se concederem aos negros direitos civis totais:

Temos de felicitá-los agora que a causa de tantos anos de sofrimento foi removida – a escravidão não existe mais. Essa mancha escura em seu (de outro modo justo) escudo foi apagada para sempre. Não mais irá o martelo do leiloeiro demarcar preços para carne e sangue humano em suas praças, levando a humanidade a estremecer com sua barbárie fria. Seu mais nobre sangue foi derramado para acabar com essas manchas; a desolação espalhou a sua mortalha negra sobre sua terra em expiação por seu passado histórico. Hoje vocês estão livres, purificados pelo sofrimento passado. Um futuro brilhante alvorece sobre sua gloriosa república, ensinando esta lição para o velho mundo – que um governo do povo e pelo povo é para o povo; e não para uns poucos privilegiados. Já que temos tido a honra de expressar simpatia para com o seu sofrimento, uma palavra de encorajamento para seus esforços e de felicitação pelos resultados, permitam-nos também adicionar uma palavra de conselho para o futuro. Já que a injustiça para com um estrato do seu povo tem produzido resultados tão terríveis, façam-na cessar. *Deixem os seus cidadãos de hoje em dia serem declarados livres e iguais, sem reservas. Se vocês falbarem em dar-lhes os direitos civis, enquanto vocês demandam direitos e deveres de cidadãos, ainda persistirá uma luta para o futuro, que poderá voltar a manchar o seu país com o sangue de seu próprio povo.* Os olhos da Europa e do mundo estão fixos em seus esforços de reconstrução e os inimigos estão sempre prontos para soar o sino da queda das instituições republicanas quando a menor chance é dada. Nós vos advertimos, então, como irmãos na causa comum, para remover todas as algemas dos membros da liberdade, e, assim, sua vitória será completa. (IWMA, 1964 [1865], pp. 310-1, destaque nosso)

Observa-se aqui que o projeto de emancipação humana não faz distinção ou hierarquiza raças. O humano se diferencia não por questões e propensões naturais, mas pelas relações de produção e reprodução sociais, das quais devem ser eliminadas todas as formas de dominação e exploração, dentre as quais é essencial o fim da discriminação racial.

14 Marx usa a expressão em inglês para salientar o caráter pejorativo da propaganda racista na imprensa.

15Esses princípios não tinham uma fundamentação moralista ou idealista, como “muitas iniciativas de caráter vagamente democrático já realizadas naqueles anos, mas que não deram resultado” (MUSTO, 2014, p. 20). Mas foram escritos por Marx, em incumbência dada pelo Comitê Diretor Provisório da Internacional, no contexto da necessidade de aglutinação e direcionamento práticos das lutas dos trabalhadores. Fundada por grupos heterogêneos com fortes potenciais sectários, “foi Marx quem deu uma finalidade clara à Internacional, quem realizou um programa político não excludente, embora firmemente classista, como garantia de uma organização que ambicionava ser de massas e não sectária”, quem “conciliou firmemente a luta econômica com a luta política e tornou irreversível a escolha de pensar e agir em escala internacional” (MUSTO, 2014, pp. 23; 24). Ou seja, a oposição à escravidão enquanto desvalorização do trabalho pela Internacional se dava por condicionantes objetivos e materiais.

Considerações finais

Na constatação do destino trágico do pensamento marxiano, seja reduzido a um determinismo mecanicista ou a uma teoria fatoralista e cabalista da história, ou a um simples instrumental epistemológico, ou ainda a método etc., vimos que se faz necessária a redescoberta deste pensamento pela própria textualidade do autor.

Da nossa breve análise não aparece a insuficiência atribuída a Marx na abordagem de questões como raça ou um etapismo como constituinte de seu pensamento. Do exame dos seus textos polêmicos e das contribuições de alguns leitores constatamos que, nos seus textos de maturidade, há uma completa negação de um etapismo ou de uma abordagem eurocêntrica do progresso universal da humanidade. Esta também não parece estar presente nas suas primeiras obras, nas quais o desenvolvimento europeu não comparece como o “melhor modelo”, e sim a centralidade do desenvolvimento das forças produtivas e seu papel como momento preponderante nas múltiplas determinações das relações de produção e reprodução social. Além disso, nos materiais sobre a guerra civil estadunidense, transparece a severa crítica ao escravismo e ao racismo, considerados elementos a serem combatidos, salientando-se a forte simpatia de Marx, desde o início dos conflitos, pela luta abolicionista.

Destacamos, entretanto, que de forma alguma isso significa que a análise que Marx fez de processos históricos específicos deva ser transposta idealmente para a avaliação da questão racial no Brasil de hoje, por exemplo. Ainda que tendências e elementos em comum possam ser identificados em algum estudo dedicado, o que importa frisar é que, quando confrontado com uma questão específica em seu tempo, o estatuto científico-filosófico desenvolvido pelo filósofo alemão foi suficiente para lidar com ela tal como posta naquele momento. Não houve uma análise que tomasse a questão racial, cultural, tradicional etc. como algo menor ou secundário a ser resolvido naturalmente numa sociedade sem classes. Sendo fiel à análise da realidade concreta, ao “dar as costas aos *automovimentos da razão* e voltar-se para os *automovimentos do mundo real*” (CHASIN, 1983, p. 37), em Marx, a importância e o lugar dessas questões deveram-se não a seu lugar no corpo de uma *teoria histórico-filosófica geral e supra-histórica*, mas a seu papel na realidade efetiva.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, K. B. *Marx at the margins: on nationalism, ethnicity, and non-western societies*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.
- CHASIN, J. Da razão do mundo ao mundo sem razão. *Revista Nova Escrita Ensaio – Edição Especial Marx Hoje*. São Paulo, Escrita, ano v, n. 11/12, 1983.
- _____. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- HEINRICH, M. *An introduction to the three volumes of Kar Marx's Capital*. Nova York: Monthly Review Press, 2012.
- HUBMANN, G. Da política à filologia: a *Marx-Engels Gesamtausgabe*. *Crítica Marxista*. São Paulo, Ed. Unesp, n. 34, 2012.
- IWMA – International Working Men's Association. “To the people of the United States of America”. *In: Minutes of the General Council of the International Workingmen's Association, 1864-1886*. Moscou: Progress Publishers, 1964 [1865].
- LINDNER, K. Marx's eurocentrism. Postcolonial studies and Marx scholarship. *Radical Philosophy*, 2010, pp. 27-41.
- LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Para uma ontologia do ser social* v. II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. “The British rule in India”. *In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected works* v. XII. Nova York: International Publishers, 2010a [1853a].
- _____. “The future results of British rule in India”. *In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected works* v. XII. Nova York: International Publishers, 2010b [1853b].
- _____. “Carta para Engels de 11 de janeiro de 1860”. *In: MARX, K.; ENGELS, F. Collected works* v. XLI. Nova York: International Publishers, 2010c.

- _____. “Carta para Lion Philips de 6 de maio de 1861”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected works* v. XLI. Nova York: International Publishers, 2010d.
- _____. “The North American civil war”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected works* v. XIX. Nova York: International Publishers, 2010e [1861a].
- _____. “The civil war in the United States”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected works* v. XIX. Nova York: International Publishers, 2010f [1861b].
- _____. “The dismissal of Frémont”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected works* v. XIX. Nova York: International Publishers, 2010g [1861c].
- _____. “Comments on the North America events”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected works* v. XIX. Nova York: International Publishers, 2010h [1862a].
- _____. “The election results in the Northern States”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected works* v. XIX. Nova York: International Publishers, 2010i [1862b].
- _____. “Provisional rules of the Association”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected works* v. XX. Nova York: International Publishers, 2010j [1864a].
- MARX, K. “To Abraham Lincoln, president of the United States of America”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected works* v. XX. Nova York: International Publishers, 2010k [1864b].
- _____. *O capital: crítica da economia política* I. I. São Paulo: Boitempo, 2013a [1867].
- _____. “Carta à redação da Otechestvenye Zapiski, 1877”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- _____. “A correspondência entre Vera Zasulich e Karl Marx”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013c [1881].
- _____. *O capital: crítica da economia política* I. II. São Paulo: Boitempo, 2014 [1885].
- _____; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007 [1845-1846].
- _____. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010 [1848].
- MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- MOORE, C. *Marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão*. Uberlândia: Cenafro, 2010.
- MUSTO, M. “Introdução”. In: MUSTO, M. (Org.). *Trabalhadores, uni-vos!* Antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez, n. 50, ano XVII, 1996.
- _____. *O que é o marxismo?* São Paulo: Brasiliense, 2006.
- _____. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PIKETTY, T. *Capital in the twenty-first century*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
- REZENDE, C. C. *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da química revolução em etapas*. São Paulo: Unesp, 2010.
- ROSDOLSKY, R. *Friedrich Engels y el problema de los pueblos “sin historia”*. México: Cuadernos de Pasado y Presente (88), 1980.

TIBBLE, J. F. G. *Marx e a América indígena: diálogo a partir dos conceitos de abolição e recusa do estado*. 2012. Tese (Doutorado) apresentada à Unicamp, Campinas.

VAISMAN, E. *A determinação marxiana da ideologia*. 1996. Tese (Doutorado) apresentada à UFMG, Belo Horizonte.